



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL

PARA A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE

“CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO AEROPORTUÁRIO DE APOIO À

AVIAÇÃO CIVIL NOS AERÓDROMOS DAS ILHAS DO CORVO, GRACIOSA,

PICO, SÃO JORGE E AEROGARE DA ILHA DAS FLORES PARA O PERÍODO

2026-2030”

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

CPI/2/2025-SRTMI



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS

Artigo 1.º

Objeto do concurso

1. O presente concurso público, com publicação do respetivo anúncio no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), designado por “*Concurso público para a Concessão do serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil nos Aeródromos das ilhas do Corvo, Graciosa, Pico, São Jorge e Aerogare da ilha das Flores para o período 2026-2030*” tem por objeto a adjudicação de uma proposta para a celebração do Contrato de Concessão do serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil nos Aeródromos das ilhas do Corvo, Graciosa, Pico, São Jorge e Aerogare da ilha das Flores, situados na Região Autónoma dos Açores, nos termos e condições previstos no Caderno de Encargos.
2. O presente procedimento segue a tramitação do concurso público, nos termos do artigo 130.º a 154.º do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP).

Artigo 2.º

Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é a Região Autónoma dos Açores, aqui representada pela Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, pessoa coletiva n.º 600085740, com sede no Largo do Colégio, n.º 4, 9500-054 – Ponta Delgada, com o número de telefone (+351) 296 206 200 e endereço de correio eletrónico srtmi-info@azores.gov.pt, por força da delegação de competências do Conselho do Governo Regional na Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, através da Resolução do Conselho do Governo n.º 74/2025 de 12 de maio de 2025, publicada no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores, I Série, n.º 62, de 12 de maio de 2025.

Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

1. A decisão de contratar foi tomada pelo Conselho de Governo, através da Resolução do Conselho do Governo n.º 74/2025 de 12 de maio de 2025, publicada no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores, I Série, n.º 62, de 12 de maio de 2025.
2. A resolução mencionada no número anterior delegou, ainda, na Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, com faculdade de subdelegação no Diretor Regional com competência em matéria de transportes, a competência para aprovar as



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS

peças do procedimento, designar o júri e o gestor do contrato, mandar publicar os anúncios de abertura de procedimento, prestar esclarecimentos, proceder à retificação de peças do procedimento, à audiência prévia dos concorrentes, adjudicar, aprovar a minuta do contrato a celebrar e outorgar o mesmo, em nome e representação da Região Autónoma dos Açores, bem como para praticar todos os demais atos que, nos termos da lei e do procedimento adotado, sejam cometidos ao órgão competente para a decisão de contratar e ao contraente público.

Artigo 4.º
Plataforma eletrónica

1. A participação no concurso depende de prévia inscrição, gratuita, na plataforma eletrónica de contratação, adiante designada apenas por plataforma, disponível em <https://www.acingov.pt>
2. O acesso ao procedimento e às peças do mesmo é gratuito e permite efetuar a consulta de todos os atos do procedimento que devam ser publicados, bem como a apresentação de propostas.
3. O disposto no n.º 1 do presente artigo não é aplicável às entidades que já se encontrem registadas na plataforma.
4. Caso os interessados tenham dúvidas sobre a utilização da plataforma eletrónica acinGov, poderão recorrer ao centro de apoio técnico previsto para esse fim, através do endereço de correio eletrónico apoio@acingov.pt ou através do número de telefone 707 451 451.

Artigo 5.º
Esclarecimentos sobre as peças do procedimento e erros e omissões do Caderno de Encargos

1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e as listas com a identificação dos erros e omissões das peças devem ser apresentados pelos interessados na plataforma eletrónica referida no artigo anterior até às 23h59m59s (hora Açores) do dia em que terminar o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS

2. Os esclarecimentos referidos no número anterior são prestados pelo júri do concurso, na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até às 23h59m59s (hora Açores) do dia em que terminar o segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. Igualmente nos termos e no prazo referidos no número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados.

Artigo 6.º
Documentos que constituem as propostas

1. As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública, cujo modelo pré-preenchido pela entidade adjudicante, em formato PDF e em formato XML, será disponibilizado na plataforma eletrónica;
 - b) Proposta Financeira, nos termos do **Anexo I** ao presente Programa, na qual o concorrente deve indicar o preço contratual para todo o período de execução do contrato, incluindo os anos correspondentes ao período pelo qual é admitida a prorrogação do contrato, expresso em algarismos e por extenso, bem como o preço para cada ano da concessão;
 - c) Documento que indique o poder de representação e a assinatura do assinante, nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura;
 - d) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta *online*;
 - e) Declaração que ateste o cumprimento do estabelecido no artigo 411.º do CCP, conforme modelo contido no **Anexo II** ao presente Programa;
 - f) Plano económico e financeiro de exploração, com indicação dos gastos e rendimentos previsionais para cada ano da concessão, incluindo os anos correspondentes ao período pelo qual é admitida a prorrogação do contrato;
 - g) Declaração de Compromisso de acordo com o modelo constante do **Anexo III** ao Programa do Concurso;
 - h) Quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis para efeitos de apreciação da proposta, incluindo outros documentos que contenham



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS

atributos da proposta.

2. Caso o concorrente se apresente sob a forma de agrupamento, a proposta deve ainda ser constituída por documento com a designação do representante comum do agrupamento e respetivos instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento.
3. Todos os documentos que constituem a proposta devem ser entregues em formato PDF.
4. Todos os documentos da proposta devem ser assinados:
 - a) Pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
 - b) Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros.
5. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, os documentos da proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, salvo se, pela sua própria natureza ou origem, os mesmos estiverem redigidos em língua estrangeira, devendo o concorrente, nesse caso, fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada, considerando-se como tal a tradução que seja certificada, ou feita e certificada, por uma das seguintes entidades: notários, câmaras de comércio e indústria legalmente reconhecidas, advogados e solicitadores, prevalecendo a tradução em português sobre o original em língua estrangeira, para todos os efeitos.
6. Podem ser apresentados em língua inglesa os documentos de apresentação facultativa pelo concorrente.

Artigo 7.º

Apresentação de propostas variantes

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Artigo 8.º

Prazo para apresentação das propostas

1. As propostas devem ser apresentadas na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º até às 23h59m59s (hora Açores) do 30.º (trigésimo) dia a contar da data do envio do anúncio ao Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS

2. Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção (*upload*) das respetivas propostas, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à *internet* de que dispõem, uma vez que serão excluídas as propostas que tenham sido recebidas depois da data e hora referidas no número anterior.

Artigo 9.º
Modo de apresentação das propostas

1. Os documentos que constituem as propostas devem ser apresentados na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, devendo ser assinados eletronicamente.
2. A assinatura eletrónica referida no número anterior deve ser aposta mediante a utilização de um certificado digital que reúna os seguintes dois pressupostos:
 - a) Seja um certificado de assinatura eletrónica qualificada;
 - b) Contenha as informações que permitem relacionar o assinante com a sua função e poder de representação do concorrente.
3. O cumprimento do requisito previsto na alínea b) do número anterior pode ser substituído pelo carregamento na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º de um documento, dotado de fé pública, que permita comprovar os poderes de representação de que o assinante dispõe.
4. No caso de a proposta ser apresentada por um agrupamento concorrente, a assinatura eletrónica a que se referem os n.ºs 1 e 2 deve ser aposta pelo representante comum dos membros que o integram, mediante a utilização de um certificado digital que cumpra os requisitos previstos nos n.ºs 2 e 3 deste artigo, caso em que devem ser ainda juntos os respetivos instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros.

Artigo 10.º
Prazo da obrigação de manutenção das propostas

É de 66 (sessenta e seis) dias o prazo da obrigação de manutenção das propostas.

Artigo 11.º
Fase de negociação

As propostas não serão objeto de qualquer negociação.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS

Artigo 12.º

Critério de adjudicação e critério de desempate

1. A adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de monofator, sendo o preço o único fator a considerar, com um peso de 100%.
2. Caso se verifique um empate, o desempate é feito por sorteio realizado pelo Júri em sessão pública para a qual serão notificados os representantes de cada um dos concorrentes, embora a sua não comparência não prejudique a realização daquele.

Artigo 13.º

Preço anormalmente baixo

Nos termos do disposto no artigo 29.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, que aprova o regime jurídico dos contratos públicos na Região Autónoma dos Açores (RJCPRAA), considera-se que o preço total resultante de uma proposta é anormalmente baixo quando seja 40 % ou mais inferior ao preço base.

Artigo 14.º

Documentos de habilitação

1. No prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário deve apresentar, na plataforma referida no artigo 4.º, os seguintes documentos de habilitação:
 - a) Os referidos no n.º 1 do artigo 81.º do CCP:
 - i. Declaração conforme o modelo constante do **Anexo IV** ao presente Programa, *ex vi* n.º 2 do artigo 40.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro;
 - ii. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP.
 - b) Declaração relativa a Trabalhadores Estrangeiros, nos termos do modelo constante do **Anexo V** do presente Programa, ou declaração de não aplicabilidade, consoante o caso;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS

- c) Documento comprovativo da submissão da declaração efetuada no Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE) ou documento equivalente emitido no Estado em que seja nacional ou em que se situe o seu estabelecimento principal;
 - d) Plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, nos termos do n.º 9 do artigo 81.º do CCP, salvo se a entidade se enquadrar na exceção da parte final do n.º 9 do artigo 81.º do CCP.
- 2. A apresentação dos documentos de habilitação pode ser substituída por indicação do endereço na *internet* onde aqueles possam ser consultados, bem como da informação necessária a essa consulta, nos casos previstos no n.º 2 do artigo 5.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.
 - 3. No caso de o adjudicatário ser um agrupamento concorrente, os documentos de habilitação previstos nas alíneas do n.º 1 devem ser apresentados por todos os seus membros, com exceção do documento referido na alínea b) do n.º 1, que pode ser apresentado apenas por um deles.
 - 4. Os documentos referidos no n.º 1 devem ser redigidos em língua portuguesa ou, no caso de não o serem pela sua própria natureza ou origem, são obrigatoriamente acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declare aceitar a respetiva prevalência sobre os originais.
 - 5. Caso se verifique um facto que determina a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1 do artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos e esse facto não seja imputável ao adjudicatário, este dispõe de um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, a conceder em função das razões indicadas, de até 5 (cinco) dias, sob pena de caducidade da adjudicação.
 - 6. Em caso de adjudicação, e nos casos em que o adjudicatário não seja uma sociedade comercial que já cumpra com o disposto nas Cláusulas 13.º e 15.º do Caderno de Encargos, o adjudicatário ou os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas estes, devem constituir uma sociedade comercial nos termos do artigo 17.º do presente Programa do Concurso.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS

Artigo 15.º
Caução

1. Para garantia da celebração do contrato, bem como do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais dele decorrentes, o adjudicatário deve prestar uma caução no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da notificação da adjudicação, por força do disposto no n.º 1 do artigo 43.º do RJCPRAA e do artigo 90.º do CCP, devendo a sua prestação ser comprovada até ao dia imediato ao do termo do prazo para a respetiva prestação.
2. A caução deve ser prestada à ordem da entidade adjudicante, no valor de 2% do preço contratual, por força do artigo 37.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2024/A de 30 de dezembro de 2024, que aprova o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2025, através de:
 - a) Depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem da entidade adjudicante, nos termos do modelo constante do **Anexo VI**;
 - b) Garantia bancária ou seguro-caução, nos termos do modelo constante do **Anexo VI**.
3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, ao prazo e ao modo de prestação da caução, assim como à determinação da responsabilidade pelas respetivas despesas, é aplicável o previsto no artigo 90.º do CCP.

Artigo 16.º
Decisão de adjudicação e notificação à AdC

1. Caso, da decisão de adjudicação, resulte uma operação de concentração notificável à Autoridade da Concorrência (AdC) ao abrigo do regime jurídico da concorrência aplicável, o adjudicatário deve, no prazo de 20 (vinte) dias após a notificação da decisão de adjudicação, notificar a operação de concentração à AdC.
2. O adjudicatário informa imediatamente a entidade adjudicante da notificação referida no número anterior e mantém-na atualizada sobre os desenvolvimentos do procedimento.
3. No caso previsto no n.º 1, fica suspensa a fase pós-adjudicatória do presente concurso, a partir da data de receção, pela entidade adjudicante, da notificação referida, sem



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS

prejuízo da necessidade de cumprimento integral pelo adjudicatário do disposto no presente artigo e no artigo 14.º e, quando aplicável, no artigo 17.º.

4. A decisão final da AdC no procedimento deve ser imediatamente comunicada pelo adjudicatário à entidade adjudicante.
5. No caso de a decisão da AdC ser de não oposição à operação, sem imposição de condições e/ou obrigações (expressa ou tácita, nos termos legalmente admissíveis), ou no sentido de a operação não estar abrangida por procedimento de controlo prévio de acordo com a lei aplicável, reinicia-se a fase pós-adjudicatória do presente concurso a partir da data de comunicação referida no número anterior.
6. No caso de a decisão da AdC ser de oposição à operação, a entidade adjudicante, após tal decisão lhe ter sido comunicada nos termos do n.º 4, declara a caducidade da decisão de adjudicação, após audiência prévia do adjudicatário.
7. No caso de a decisão da AdC ser de não oposição, mas com imposição de condições ou obrigações, o adjudicatário deve pronunciar-se sobre as condições e/ou obrigações impostas pela AdC, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de notificação da decisão da AdC, com observância do disposto nos números seguintes.
8. Se o adjudicatário considerar que as condições ou obrigações impostas pela decisão da AdC subvertem o equilíbrio financeiro do Contrato, ou que, em qualquer caso, não está em condições de dar cumprimento a alguma dessas condições e/ou obrigações, o adjudicatário comunica os factos à entidade adjudicante e esta declara a caducidade da decisão de adjudicação.
9. Se a entidade adjudicante considerar que as condições e/ou obrigações impostas pela decisão da AdC implicam uma alteração substancial do Caderno de Encargos ou caso entenda que o cumprimento dessas condições e/ou obrigações não é legalmente admissível, a entidade adjudicante declara, após audiência prévia, a caducidade da decisão de adjudicação.
10. Se a entidade adjudicante considerar que as condições e/ou obrigações impostas pela decisão da AdC não implicam uma alteração substancial do Caderno de Encargos, e que o cumprimento das mesmas é legalmente admissível, e, cumulativamente, o adjudicatário aceitar as condições e/ou obrigações impostas pela AdC, reinicia-se a fase pós-adjudicatória do presente concurso a partir da data da comunicação do



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS

adjudicatário à entidade adjudicante da aceitação das condições impostas pela AdC ou do termo do prazo referido no n.º 7, consoante o caso.

11. Para efeitos do disposto no número anterior, na ausência de pronúncia expressa do adjudicatário relativamente às condições e/ou obrigações impostas pela AdC, uma vez decorrido o prazo previsto no n.º 7 do presente artigo, considera-se que as mesmas foram aceites pelo adjudicatário.
12. Declarada a caducidade da adjudicação nos termos do presente artigo, a entidade adjudicante deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.
13. A declaração de caducidade da adjudicação prevista no presente artigo não confere ao adjudicatário o direito a qualquer indemnização e, além dos efeitos próprios da caducidade, pode determinar, nos termos gerais de direito, a sua responsabilidade pré-contratual.
14. Caso, de acordo com o regime jurídico aplicável, esteja em causa uma operação de concentração notificável a outras entidades competentes que não a AdC, aplica-se, com as devidas adaptações, o regime previsto no presente artigo.

Artigo 17.º
Constituição da sociedade concessionária

1. Nos casos em que o adjudicatário não seja uma sociedade comercial que já cumpra os requisitos das Cláusulas 13.^a e 15.^a do Caderno de Encargos, deve constituir uma sociedade concessionária que os cumpra nos termos dos números seguintes, devendo igualmente promover a subscrição de Declaração de Compromisso de acordo com o modelo constante do **Anexo III** ao Programa do Concurso.
2. Para comprovar a constituição da sociedade concessionária, nos termos do disposto no número anterior, deve o adjudicatário entregar à entidade adjudicante, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação ou no prazo de 10 (dez) dias contados do reinício da fase pós-adjudicatória do presente concurso, se aplicável, os seguintes documentos:
 - a) Cópia certificada do respetivo documento de constituição e contrato de sociedade da sociedade concessionária, acompanhada da indicação do código de acesso à certidão permanente de registo comercial da sociedade;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS

- b) Documento emitido por instituição de crédito bancário que comprove a realização integral do capital social da sociedade concessionária no momento da sua constituição (salvo se tal se encontrar expressamente mencionado no documento a que se refere a alínea anterior); e
 - c) Declaração de Compromisso de acordo com o modelo constante do **Anexo III** ao Programa do Concurso.
3. No caso de a caução prevista nos termos do artigo 15.º ter sido prestada pelo adjudicatário antes da constituição da nova sociedade comercial, nos termos do n.º 1, esta última deve, em observância do disposto no artigo 15.º, prestar uma caução equivalente que substitui aquela prestada pelo adjudicatário nos termos do artigo 15.º ou apresentar à entidade adjudicante comprovativo da assunção pela sociedade concessionária da totalidade dos direitos e obrigações do adjudicatário associados à caução por este prestada desde que os termos dessa assunção sejam previamente considerados satisfatórios pela entidade adjudicante, nos seguintes prazos, consoante o caso:
- a) No prazo de 35 (trinta e cinco) dias contados da notificação da decisão de adjudicação; ou
 - b) No prazo de 15 (quinze) dias contados do reinício da fase pós-adjudicatória do presente concurso, caso haja lugar à sua suspensão nos termos do artigo anterior.
4. A pedido fundamentado do adjudicatário, a entidade adjudicante pode prorrogar os prazos estabelecidos nos n.ºs 2 e 3.
5. Em caso de incumprimento do disposto no presente artigo, a entidade adjudicante, após audiência prévia dos interessados, declara a caducidade da decisão de adjudicação e executa a caução prestada.
6. No caso de caducidade da adjudicação nos termos do número anterior, a entidade adjudicante deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.
7. A caducidade da adjudicação prevista na presente cláusula não confere ao adjudicatário, nem à sociedade concessionária entretanto constituída, o direito a qualquer indemnização e pode determinar, nos termos gerais de direito, a sua responsabilidade pré-contratual.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS

Artigo 18.º
Proteção de dados

1. Nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados, e exclusivamente para efeitos do presente procedimento pré-contratual e do cumprimento de obrigações jurídicas a que esteja sujeito, a entidade adjudicante poderá tratar dados pessoais, nomeadamente de identificação, *Curricula Vitae* e informação relativa ao registo criminal relativos aos concorrentes, incluindo dos seus representantes, órgãos sociais, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, e transmiti-los a terceiros, como seja o Tribunal de Contas, plataformas eletrónicas de contratação, portal dos contratos públicos e outras entidades públicas ou privadas, na estrita medida do necessário e mediante as adequadas medidas de segurança.
2. Os concorrentes são responsáveis por garantir o cumprimento das formalidades legais para a transmissão dos dados pessoais referidos no número anterior, no âmbito do presente procedimento pré-contratual, obtendo os respetivos consentimentos, quando aplicável, e prestando aos titulares dos dados as informações referentes ao processamento de dados pela entidade adjudicante, em cumprimento do direito à informação.
3. Os dados pessoais referidos no n.º 1 são eliminados logo que cesse a obrigação, legal ou contratual, de os conservar.

Artigo 19.º
Despesas com a celebração do Contrato

Correm por conta do adjudicatário as despesas inerentes à celebração do Contrato, bem como à respetiva submissão a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.

Artigo 20.º
Legislação aplicável

Ao presente procedimento aplica-se o regime jurídico dos contratos públicos na Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, e o regime previsto no Código dos Contratos Públicos e respetiva legislação complementar.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS

ANEXO I

PROPOSTA FINANCEIRA

(a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º)

(nome), _____ (número de documento de identificação), morada
profissional _____, na qualidade de representante legal de
_____ (firma), NIPC _____ (número de identificação fiscal) e
sede em _____ (em caso de agrupamento concorrente, firmas, números
de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Caderno de
Encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento para a
**Concessão do serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil nos Aeródromos das ilhas
do Corvo, Graciosa, Pico, São Jorge e Aerogare da ilha das Flores para o período 2026-2030,**
declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido
contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado Caderno de Encargos, pelo preço
total (**Preço Contratual**) de _____ €
(_____ euros)
[indicar o valor em algarismos e por extenso], para todo o período da concessão, incluindo os
anos correspondentes ao período pelo qual é admitida a prorrogação do contrato.

Preço para cada ano da concessão:

Ano 2026: _____ € (_____
_____ euros)

[indicar o valor em algarismos e por extenso];

Ano 2027: _____ € (_____
_____ euros)

[indicar o valor em algarismos e por extenso];

Ano 2028: _____ € (_____
_____ euros)

[indicar o valor em algarismos e por extenso];



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS

Ano 2029: _____ € (_____
_____ euros)

[indicar o valor em algarismos e por extenso];

Ano 2030: _____ € (_____
_____ euros)

[indicar o valor em algarismos e por extenso];

Ano 2031: _____ € (_____
_____ euros)

[indicar o valor em algarismos e por extenso];

Ano 2032: _____ € (_____
_____ euros)

[indicar o valor em algarismos e por extenso];

Ano 2033: _____ € (_____
_____ euros)

[indicar o valor em algarismos e por extenso];

Ano 2034: _____ € (_____
_____ euros)

[indicar o valor em algarismos e por extenso];

Ano 2035: _____ € (_____
_____ euros)

[indicar o valor em algarismos e por extenso].

Esta proposta tem um prazo de obrigação de manutenção de 66 dias.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ARTIGO 411.º DO CCP

(a que se refere a alínea e) do n.º 1 do artigo 6.º)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), cocontratante no procedimento de Concurso Público com publicidade internacional para celebração do contrato de **Concessão do serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil nos Aeródromos das ilhas do Corvo, Graciosa, Pico, São Jorge e Aerogare da ilha das Flores para o período 2026-2030** declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ou a sociedade comercial que vier a ser constituída em caso de adjudicação nos termos do disposto no artigo 17.º do Programa do Procedimento, se obriga a ter por objeto social exclusivo, ao longo de todo o período de duração do contrato, as atividades que se encontram integradas na concessão.

2 - O declarante tem pleno conhecimento das consequências de prestar falsas declarações.

(local),... (data),... [assinatura].



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO

(a que se refere a alínea g) do n.º 1 do artigo 6.º)

[*nome, número de identificação e morada*], na qualidade de representante legal de [*firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes*], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do objeto e âmbito do Concurso Público para a **Concessão do serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil nos Aeródromos das ilhas do Corvo, Graciosa, Pico, São Jorge e Aerogare da ilha das Flores para o período 2026-2030**, e de todas as demais condições estabelecidas no respetivo Programa do Concurso, Caderno de Encargos e seus anexos, declara que, em caso de adjudicação à respetiva proposta, se compromete a:

- a) Que a sociedade comercial que irá celebrar o contrato com a entidade adjudicante reúne os requisitos previstos na Cláusula 13.^a e na Cláusula 15.^a do Caderno de Encargos;
- b) Assumir, relativamente à sociedade concessionária, responsabilidade subsidiária [em regime de solidariedade com os demais sócios]¹, pelo cumprimento pontual e integral do Contrato, nos termos do n.º 1 da Cláusula 48.^a do Caderno de Encargos nos casos em que vier a ser constituída uma sociedade comercial nos termos do disposto no artigo 17.º do Programa do Procedimento;
- c) Reforçar os capitais próprios da sociedade concessionária, se exigido pela Concedente, se a referida sociedade apresentar capital próprio negativo ou desequilíbrios de exploração ou de tesouraria que coloquem em causa o cumprimento pontual da Concessão, nos termos do n.º 2 da Cláusula 48.^a do Caderno de Encargos;
- d) Garantir que, em caso de alienação de participação social na sociedade concessionária, o adquirente assume plenamente as obrigações previstas nas alíneas b) e c) anteriores, nos termos do n.º 4 da Cláusula 48.^a do Caderno de Encargos.

[*Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais) do concorrente*]²

¹ Eliminar, em caso de concorrente individual.

² Nos termos dos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.



ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a subalínea i) da alínea a) do n.º 1 do artigo 14.º)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento Concurso Público para a **Concessão do serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil nos Aeródromos das ilhas do Corvo, Graciosa, Pico, São Jorge e Aerogare da ilha das Flores para o período 2026-2030**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);

c) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do [Decreto-Lei n.º 433/82](#), de 27 de outubro, na redação atual, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da [Lei n.º 19/2012](#), de 8 de maio e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (6);

d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho (7);

e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);

f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência;

g) Não se encontra em incumprimento de obrigações em matéria ambiental, estabelecidas em normativos de direito internacional comunitário, nacional, regional, que tenha dado lugar a sentença administrativa ou sentença judicial transitada em julgado em processos relacionados com infrações ou crimes contra o ambiente, se entretanto não tiver ocorrido a



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS

respetiva reabilitação, nomeadamente por terem incorrido numa das tipologias de crimes de perigo comum fixadas no Código Penal quanto a danos contra a natureza, violação de regras urbanísticas, poluição ou poluição com perigo comum, atividades perigosas para o ambiente;

h) Não incorreu em deficiências significativas ou persistentes na execução de um aspeto essencial de um contrato público anterior celebrado com a entidade adjudicante em causa, que tenha conduzido à resolução contratual por incumprimento, à condenação por responsabilidade civil por danos causados ou a outras sanções contratual ou legalmente previstas;

i) Não diligenciou, por si ou por terceiro, no sentido de influenciar indevidamente a decisão de contratar, de obter informações confidenciais suscetíveis de lhes conferir vantagens no procedimento de contratação, ou de terem prestado, com dolo ou negligencia, informações erróneas suscetíveis de influenciar decisões procedimentais.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (11)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

(6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(8) Declarar consoante a situação.

(9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(11) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS

ANEXO V

DECLARAÇÃO RELATIVA A TRABALHADORES ESTRANGEIROS

(a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 14.º)

[*nome, número de identificação e morada*], na qualidade de representante legal de [*firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes*], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do objeto e âmbito do Concurso Público para a **Concessão do serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil nos Aeródromos das ilhas do Corvo, Graciosa, Pico, São Jorge e Aerogare da ilha das Flores para o período 2026-2030**, e de todas as demais condições estabelecidas no respetivo Programa do Concurso, Caderno de Encargos e seus anexos, declara, para os devidos efeitos legais, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 198.º-A da Lei nº 23/2007, de 4 de julho, que cumpre todas as obrigações legais relativamente a trabalhadores estrangeiros utilizados na prestação dos serviços objeto do contrato a celebrar, designadamente as decorrentes da legislação laboral e as obrigações de declaração de rendimentos sujeitos a desconto respeitantes à Administração Tributária e à Segurança Social.

[*Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais) do concorrente*]¹

¹ Nos termos dos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS

ANEXO VI

MODELOS DE PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO

(a que se refere o artigo 15.º)

Apêndice I

Modelo de guia de depósito bancário (*)

O depósito em dinheiro efetuar-se-á no Banco [•], à ordem da REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES, mediante guia do seguinte modelo:

Guia de depósito Euros [•], €

Vai _____ [*nome da sociedade concessionária*], com sede em _____ [*morada*], depositar na _____ [*sede, filial, agência ou delegação*] do Banco _____ a quantia de _____ [*por algarismos e por extenso*] em dinheiro, como caução exigida nos termos do artigo 15.º do Programa do Procedimento do Concurso Público para a **Concessão do serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil nos Aeródromos das ilhas do Corvo, Graciosa, Pico, São Jorge e Aerogare da ilha das Flores para o período 2026-2030**, como garantia da celebração do contrato e do bom e pontual cumprimento, pela sociedade concessionária, das obrigações decorrentes do Caderno de Encargos e do contrato celebrado na sequência do concurso público supramencionado. Este depósito, sem reservas, fica à ordem da Região Autónoma dos Açores, a quem é igualmente remetido nesta data o comprovativo do depósito realizado nas condições descritas.

[*Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais) da sociedade concessionária*]



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS

Apêndice II

Modelo de garantia bancária (*)

PARA: REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

[...]

Garantia número *[a preencher pelo Banco]*

[data]

Exm.^{os} Senhores,

A pedido e por conta de _____ *[nome da sociedade concessionária]*, sociedade concessionária no âmbito do Concurso Público para a **Concessão do serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil nos Aeródromos das ilhas do Corvo, Graciosa, Pico, São Jorge e Aerogare da ilha das Flores para o período 2026-2030**, o _____ *[Banco]*, com sede em _____ *[morada]*, com o capital social de _____ *[capital social]*, pessoa coletiva n.º _____ *[número de identificação de pessoa coletiva]*, representado por _____ *[representante(s) e respetiva(s) identificação(ões)]*, vem prestar, pelo presente documento, a favor da Região Autónoma dos Açores (doravante, “Beneficiário”), garantia bancária até ao montante de € _____ *[por algarismos e por extenso]*, destinada a caucionar a celebração do contrato e o bom e pontual cumprimento, pela sociedade concessionária, das obrigações assumidas na proposta adjudicada e no correspondente contrato, regendo-se pelos seguintes termos e condições:

1. Pelo presente documento, o Banco garante, na qualidade de principal pagador, sem quaisquer reservas, e, em consequência, com renúncia ao benefício da excussão prévia do património da sociedade concessionária, o pagamento da importância de € _____ *[por algarismos e por extenso]* (doravante designada por “Montante Garantido”).



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS

2. A presente garantia constitui uma obrigação direta do Banco perante o Beneficiário, sendo autónoma, irrevogável, incondicional e à primeira solicitação.
3. No prazo de 5 (cinco) dias a contar da receção, na [*morada do Banco*], da solicitação escrita do Beneficiário, o Banco obriga-se a paga-lhe, por crédito na conta bancária indicada no ato de solicitação, o Montante Garantido ou, se inferior, o montante solicitado.
4. O ato de solicitação referido no número anterior deve conter a indicação da importância devida pela sociedade concessionária e os fundamentos por que o Beneficiário considera a importância em causa devida, constituindo comprovativo suficiente e conclusivo, sem necessidade de qualquer outra formalidade ou da apresentação de qualquer outro documento, de que a importância reclamada é devida ao abrigo desta garantia.
5. O Banco, caso venha a ser chamado a honrar a presente garantia, não pode questionar da sua justeza, validade, legalidade ou conformidade com o disposto no processo de concurso e documentos a ele anexos, nem tomar em consideração quaisquer exceções opostas pela sociedade concessionária, sendo-lhe igualmente vedado opor ao Beneficiário quaisquer reservas ou meios de defesa que a sociedade concessionária possa fazer valer contra aquele.
6. A presente garantia produz efeitos a partir da data da sua emissão, e permanece válida até o Beneficiário, através do seu órgão competente, autorize expressamente a sua liberação, nos termos do Programa do Concurso e do Caderno de Encargos, não podendo ser anulada ou alterada sem o consentimento daquele e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.
7. Caso alguma das disposições da presente garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

[Assinatura do legal representante do Banco]



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS

Apêndice III

Modelo de seguro-caução (*)

PARA: REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

[...]

Seguro número *[a preencher pela companhia de seguros]*

[data]

Exm.^{os} Senhores:

A _____ *[companhia de seguros]*, com sede em _____ *[morada]* presta a favor da REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES, e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com _____ *[tomador de seguro]*, garantia à primeira solicitação no valor de € _____ *[repetir por extenso]*, correspondente à caução prevista no Artigo 15.º do Programa do Concurso do Concurso Público para a **Concessão do serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil nos Aeródromos das ilhas do Corvo, Graciosa, Pico, São Jorge e Aerogare da ilha das Flores para o período 2026-2030**, com vista a garantir a celebração do contrato objeto do concurso público suprarreferido pelo(a) _____ *[sociedade concessionária]*, pessoa coletiva n.º _____ *[número de identificação de pessoa coletiva]*, com sede _____ *[morada]*, enquanto cocontratante do contrato, e o bom e integral cumprimento por esta entidade das obrigações assumidas na proposta adjudicada e no correspondente contrato.

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos 5 (cinco) dias úteis seguintes à primeira solicitação da Região Autónoma dos Açores, sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a companhia de seguros possa questionar da sua justeza, validade, legalidade ou conformidade com o disposto no processo de concurso e documentos a ele anexos, nem invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que a sociedade concessionária assume com a celebração daquele contrato.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS

A companhia de seguros não pode opor à Região Autónoma dos Açores quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado com o tomador do seguro.

Caso alguma das disposições da presente garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previsto no contrato e na legislação aplicável.

[Assinatura do legal representante da companhia de seguros]